

# PLANTÃO TRABALHISTA



**CNSaúde**  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE



Ano 1 – Número 1 – 19/07 a 23/07/2021

Comissão de Relações do Trabalho e Sindical (CRTS/CNSaúde)

[cnsaude.org.br](http://cnsaude.org.br)

# NOTÍCIAS

## PLANTÃO TRABALHISTA



### [Peritos do INSS questionam forma de concessão de auxílio por incapacidade temporária](#)

Supremo Tribunal Federal - 19/07/2021

A Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 6928](#)) contra dispositivo da Lei 14.131/2021, que autoriza, até 31/12/2021, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a conceder o benefício de auxílio por incapacidade temporária mediante apresentação de atestado médico e de documentos complementares que comprovem a doença.

### [TST divulga novos valores dos limites de depósito recursal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/07/2021

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgou os novos valores referentes aos limites de depósito recursal. Os reajustes entram em vigor no dia 1º de agosto de 2021. Pela nova tabela, o limite do depósito para a interposição de recurso ordinário passa a ser de R\$ 10.986,80. Nos casos de recurso de revista, embargos e recurso em ação rescisória, o valor será de R\$ 21.973,60. Os novos valores constam no [Ato SegJud.GP 175/2021](#) e foram reajustados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) no período de julho de 2020 a junho de 2021.

### [Aplicar multa para cumprimento da sentença atenta contra devido processo legal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/07/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a Unimed de Belém - Cooperativa de Trabalho Médico do pagamento de multa de 10% no caso de não pagamento das verbas rescisórias devidas a um agente de portaria no prazo estabelecido para cumprimento da sentença. Conforme entendimento do colegiado no TST, a multa ofende o princípio do devido processo legal.

### [Amaury Rodrigues Pinto e Alberto Bastos Balazeiro são nomeados ministros do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/07/2021

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (20) o [decreto do presidente da República](#), Jair Bolsonaro, que nomeia o desembargador do TRT da 24ª Região Amaury Rodrigues Pinto Junior e o procurador-geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, como ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Eles passam a ocupar, respectivamente, as vagas decorrentes das aposentadorias do ministro Márcio Eurico Vitral Amaro e do ministro João Batista Brito Pereira.

### [Radialista não terá hora de intervalo intrajornada computada como horas de trajeto](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/07/2021

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão que condenou a Rádio e Televisão Record S.A., de São Paulo (SP), a pagar a um radialista horas extras de intervalo intrajornada. O empregado pedia que fosse computado no intervalo intrajornada o tempo que levava de casa para a empresa, mas o colegiado concluiu que o tempo de percurso não é trabalho em sobrejornada em sentido estrito.

### [Segundo processamento para declaração da Rais 2020 tem o prazo encerrado no dia 30 de agosto](#)

Ministério da Economia - 23/07/2021

O segundo prazo para as empresas que estão obrigadas a fazer a declaração da GDRAIS se encerra em 30 de agosto. Àquelas que não conseguiram cumprir o prazo estabelecido no primeiro processamento da RAIS, cujo prazo era até 30 de abril, tem até 30 de agosto para fazer a sua declaração. As empresas abertas em 2020 que fizeram opção pelo Simples retroativa à data de abertura, mas cujo deferimento ocorreu a partir de 15 de janeiro de 2021, poderão cumprir as obrigações legais por meio dos programas GDRAIS.

### [Canpat realiza eventos para Dia Nacional de Prevenção](#)

Fundacentro: 22/07/2021

A Canpat 2021 (Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho) realiza eventos em 26 e 27 de julho voltados para o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho. A Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (Enit) transmite uma capacitação sobre Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Já a Fundacentro realiza webinar com o tema “Aplicações da nova NR 18 frente ao GRO”. A transmissão ocorre no [canal da Enit no YouTube](#).

### [Vice-Presidente do Conselho Superior do MPT, José de Lima, assume como Procurador-Geral do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/07/2021

O Subprocurador-Geral do Trabalho José de Lima Ramos Pereira assumiu, em sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) realizada nesta quarta-feira (21), o cargo de Procurador-Geral do Trabalho. Alberto Bastos Balazeiro deixou o cargo nesta quarta e assumiu como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público do Trabalho.

### [MPT e INSS firmam parceria para promover reabilitação profissional de trabalhadores incapacitados](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/07/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) assinou nesta terça-feira (20) acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para promover medidas de reabilitação profissional de trabalhadores segurados incapacitados para o trabalho por motivo de acidente ou doença. A parceria também visa implementar melhorias na acessibilidade de unidades do INSS.

### [DEN se reúne e analisa novo cenário político frente a possibilidade de recriação do Ministério do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/07/2021

A Diretoria Executiva Nacional (DEN) do SINAIT reuniu-se na tarde desta quinta-feira, 22 de julho, para debater o novo cenário político frente as informações de recriação do Ministério do Trabalho. Com o objetivo, de obter mais detalhes sobre o assunto, o SINAIT requereu audiência com o ministro Paulo Guedes e com o secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, para tratar sobre a possibilidade de recriação da pasta. No entanto, a agenda ainda não foi confirmada.

### [Lei de Cotas completa 30 anos neste 24 de julho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/07/2021

A Lei 8.213, Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, completa 30 anos neste dia 24 de julho. A norma determina a contratação de um percentual de pessoas com deficiências e reabilitados da Previdência Social nas empresas de acordo com o número de 100 ou mais empregados. Apesar dos avanços, a lei ainda não é cumprida por grande parte dos empregadores.

### [Novas orientações sobre a implantação da versão 1.5.1 da EFD-Reinf](#)

eSocial - 20/07/2021

A implantação da versão S.1.0 do eSocial ocorreu com sucesso em 19/07/2021, trazendo os seguintes impactos na EFD-Reinf:

a) A disponibilização do evento R-2055 que faz parte da versão 1.5.1 dos leiautes da EFD-Reinf será feita no dia 21/07/2021;

b) Em função do descrito no item “a”, as informações de aquisição de produção rural, doravante devem ser informadas exclusivamente na EFD-Reinf através desse evento, mesmo que seja de competências anteriores a julho/2021. O manual do usuário da EFD-Reinf deve ser consultado para maiores explicações;

c) O envio de eventos da EFD-Reinf por pessoas físicas, nas situações permitidas, também será permitido a partir de 21/07/2021, em relação aos fatos ocorridos a partir de 1º de julho de 2021.

### [eSocial Doméstico atualizado para a nova versão do eSocial](#)

eSocial - 19/07/2021

Os módulos web do eSocial foram atualizados para a nova versão S-1.0 do eSocial. A nova versão do sistema traz simplificações para o preenchimento de campos, formulários e outras funcionalidades. A ferramenta de admissão, por exemplo, não exige mais o número do PIS ou da CTPS do trabalhador para concluir o processo. Na prática, o empregador seguirá realizando os procedimentos de encerramento de folha, férias, desligamentos, etc, da mesma forma que está acostumado, sem que precise alterar suas rotinas.

### [Epidemia não justifica pagamento incompleto de verbas rescisórias](#)

Consultor Jurídico - 24/07/2021

O estado de calamidade pública decorrente da epidemia de Covid-19 é hipótese de força maior, para fins trabalhistas, conforme previu a Medida Provisória 927/20. No entanto, a força maior não autoriza automaticamente que verbas rescisórias deixem de ser pagas quando da dispensa de um empregado. Isso só pode ocorrer se houver extinção da empresa ou do estabelecimento.

### [Desembargador anula inclusão de sócia no polo passivo por irregularidade](#)

Consultor Jurídico - 23/07/2021

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás anulou a inclusão de uma sócia no polo passivo de execução trabalhista que não foi regularmente citada. A decisão foi tomada após o entendimento de ser imprescindível regular citação do sócio que se pretende incluir no polo passivo da execução, e que no caso dos autos não foi observado.

### [Justiça do Trabalho tem autorizado busca de criptomoedas em execuções](#)

Consultor Jurídico - 22/07/2021

O juízo da 6ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região deu provimento, por unanimidade, a agravo de petição de um trabalhador que pediu pesquisa junto à Receita Federal e à plataforma “bitcoin.com” para apurar se os sócios da empresa executada possuem criptomoedas.

[TRT-2 confirma dispensa por justa causa de funcionária que não quis se vacinar](#)

Consultor Jurídico - 22/07/2021

Quando a empresa divulga informações e elabora programa de conscientização sobre a vacinação contra Covid-19 aos seus colaboradores, o interesse particular do empregado não pode prevalecer sobre o interesse coletivo, pois, ao deixar de tomar a vacina, o empregado coloca em risco a saúde dos seus colegas e clientes.

[CSJT anula ato que previa troca de atas por gravação em audiências trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 22/07/2021

Foi anulado o ato [45/2021](#), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na videogravação de audiências no âmbito da Justiça do Trabalho, prevendo que, em tais casos, não haja registro das ocorrências em ata. Clique [aqui](#) para ler o despacho do CSJT anulando a medida.

[Trabalhadora demitida no período de estabilidade acidentária será indenizada](#)

Consultor Jurídico - 21/07/2021

A legislação pátria cuidou de prever especial proteção ao empregado que sofre acidente de trabalho, criando a figura da “estabilidade acidentária” — período de, no mínimo, doze meses, no qual o empregado acidentado tem seu emprego garantido, não podendo ser dispensado sem justa causa.

[Justiça mantém justa causa de trabalhador que usou atestados médicos falsos](#)

Consultor Jurídico - 20/07/2021

Por constatar grave má-fé do trabalhador, a 1ª Vara do Trabalho de Sorocaba (SP) negou um pedido de reversão da justa causa de um empregado que apresentou diversos atestados médicos falsos para se afastar de suas atividades ao longo de dois anos.

[Empresa que demitiu funcionário com câncer de pele é condenada](#)

Consultor Jurídico - 19/07/2021

A ruptura contratual, sem justa causa, com um empregado que apresenta doença grave que suscite estigma ou preconceito, como o câncer, é considerada discriminatória. Assim entendeu a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás (TRT-18) ao anular uma dispensa sem justa causa e determinar o retorno de um motorista, acometido por um câncer de pele maligno, para o posto de trabalho.

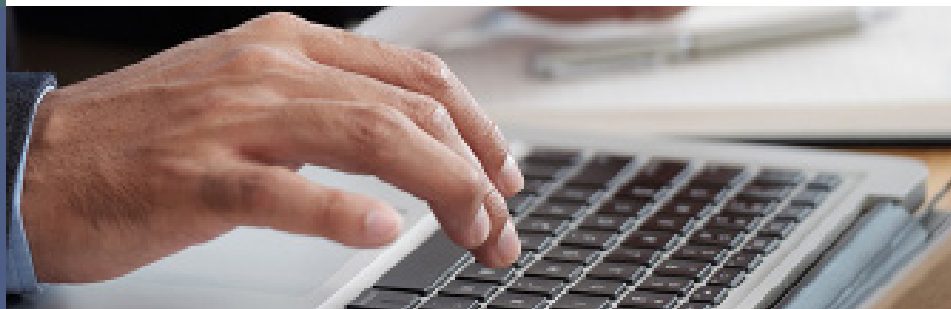
### [TRT-12 fixa tese sobre limitação da condenação a valor indicado na inicial](#)

Consultor Jurídico -19/07/2021

Os valores indicados nos pedidos constantes da petição inicial limitam o montante a ser auferido em eventual condenação. Essa foi a tese aprovada, nesta segunda-feira (19/7), pelo Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) ao concluir o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) 323/2020.

# ATOS NORMATIVOS

## PLANTÃO TRABALHISTA



[PORTARIA SPPE/SEPEC/ME Nº 8.715, DE 20 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 22/07/2021 Seção I Pág. 28) - Dispõe sobre o prazo para a apresentação do Plano de Ações e Serviços (PAS) do bloco de ações e serviços de fomento à geração de emprego e renda, relativo ao exercício de 2021;

[RESOLUÇÃO COFEN Nº 672, DE 19 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 22/07/2021 Seção I Pág. 95) - Altera a Resolução Cofen nº 516, de 23 de junho de 2016, que normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetriz na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência e estabelece critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetriz no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

[EDITAL Nº 13 CRPS/SEPRT/ME, DE 22 DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 23/07/2021 Seção III Pág. 36) - O Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social- CRPS, no uso de suas atribuições legais, torna pública no âmbito do CRPS abertura de inscrições para a seleção de conselheiro representante das empresas para ter exercício nas Juntas de Recursos e Composições Adjuntas localizadas nos Estados e no Distrito Federal.

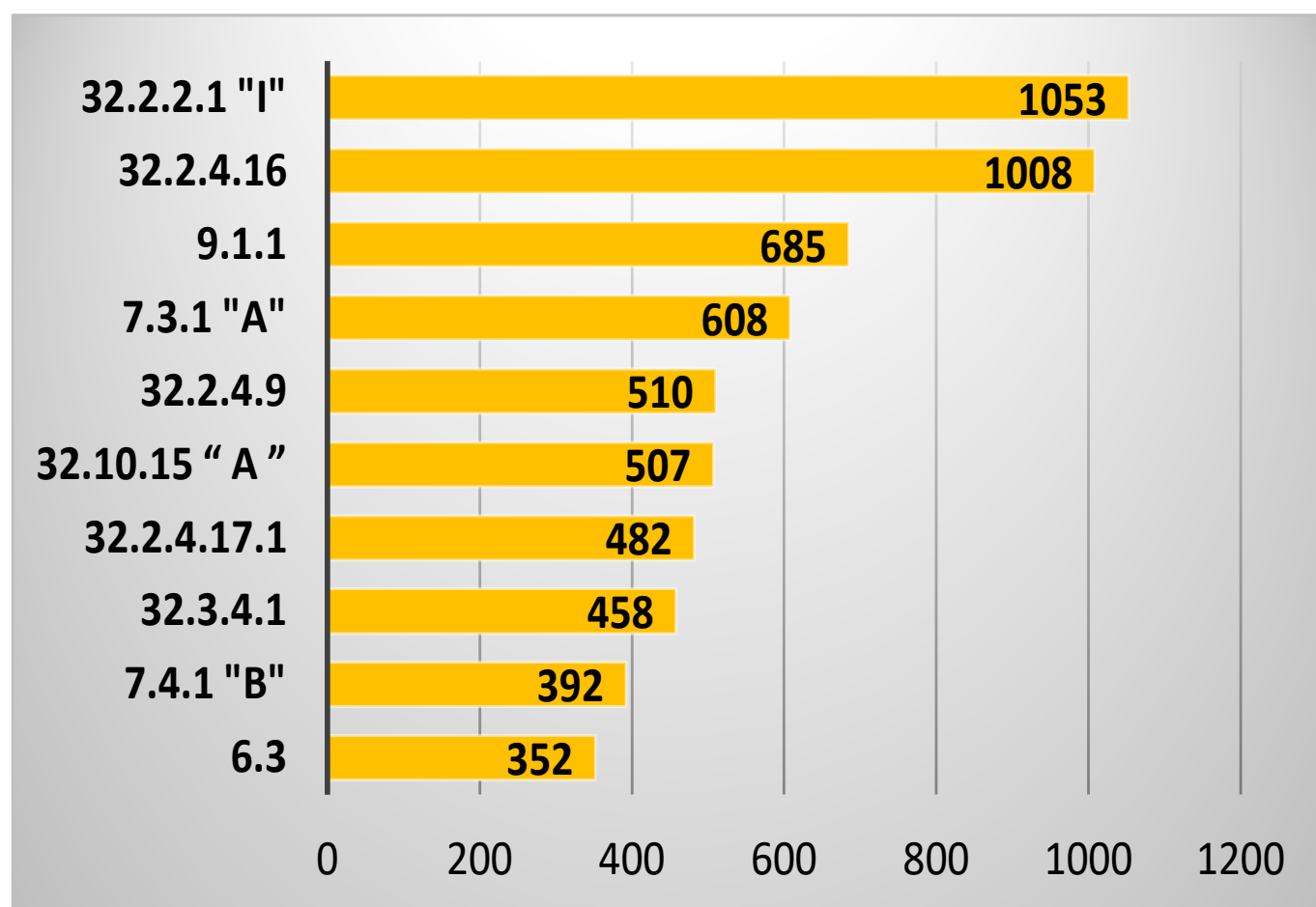


# SST FISCALIZAÇÃO

## PLANTÃO TRABALHISTA



Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) no Setor Saúde (CNAEs 86, 87 e 88) no ano de 2021 (jan/jun):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Itens mais fiscalizados:** É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de “notificações/autuações”, “embargos”, “interdições” e “regularizado na ação fiscal”. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**32.2.2.1** O PPRA, além do previsto na NR-09, na fase de reconhecimento, deve conter:

**I.** Identificação dos riscos biológicos mais prováveis, em função da localização geográfica e da característica do serviço de saúde e seus setores, considerando:

- a) fontes de exposição e reservatórios;
- b) vias de transmissão e de entrada;
- c) transmissibilidade, patogenicidade e virulência do agente;
- d) persistência do agente biológico no ambiente;
- e) estudos epidemiológicos ou dados estatísticos;
- f) outras informações científicas.

**32.2.4.16** O empregador deve elaborar e implementar Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com Materiais Perfurocortantes, conforme as diretrizes estabelecidas no Anexo III desta Norma Regulamentadora.

**9.1.1** Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

**7.3.1** Compete ao empregador:

- a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**32.2.4.9** O empregador deve assegurar capacitação aos trabalhadores, antes do início das atividades e de forma continuada, devendo ser ministrada:

- a) sempre que ocorra uma mudança das condições de exposição dos trabalhadores aos agentes biológicos;
- b) durante a jornada de trabalho;
- c) por profissionais de saúde familiarizados com os riscos inerentes aos agentes biológicos.

**32.10.15** Todos os lavatórios e pias devem:

- a)** possuir torneiras ou comandos que dispensem o contato das mãos quando do fechamento da água;

**32.2.4.17.1** A todo trabalhador dos serviços de saúde deve ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO.

**32.3.4.1** No PPRA dos serviços de saúde deve constar inventário de todos os produtos químicos, inclusive intermediários e resíduos, com indicação daqueles que impliquem em riscos à segurança e saúde do trabalhador.

**7.4.1** O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

- a)** admissional;

**6.3** A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:



**CNSaúde**  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE